



Márcio Reinheimer
Editor de Política
(51) 9.8169.5392

CENÁRIO POLÍTICO

RAPIDINHAS

>> A maioria da Legislativa pediu vistas ao Projeto do governo para usar recursos do Fundeb e reformar escolas. Trataram também a compra de uma retroescavadeira, pedindo tempo para analisar. Fucular é, sim, direito e dever de vereador. Mas há quem leia o movimento como uma moeda de força de uma oposição que, quando não quer, não deixa o governo governar.

>> Presidente da Anuro, Chagrin Francisco estava na última sessão da Câmara. Cristiano Branst (MDB) aproveitou o espaço para pedir um apoio no próximo encontro da Associação quanto a pauta da divisão dos crimes da Receita Federal, que sofreram para Montenegro. Roubaram um certidão.

>> Branst, aliás, marcou reunião para discutir a volta do programa de construção de casas e pátios. Ninguém aqui está dizendo que isso é reflexo da edição passada desta coluna, que cobrou ações mais efetivas da Legislativa em prol da causa. Mas é bom ver que há perspectiva de um projeto tão importante como este ser retomado.

Polêmica das câmeras Comprar ou alugar?

Na fila de polêmicas do cenário político montenegrino, a ficha preferencial desta semana está com o aluguel das dez câmeras que vão ampliar o sistema de videomonitoramento da cidade. Apesar de o prefeito Kadu Müller já ter declarado que a discussão estava encerrada, os vereadores da oposição deixaram bem claro que o assunto ainda deve render. Eles não concordam que o contrato de aluguel seja o melhor caminho e acreditam que, à exemplo do que foi feito em Parati Novo, seria mais inteligente a compra e não alugar os equipamentos. O governo defende o contrário, destacando a urgência no aumento da segurança.



Comparação

Já que a Administração conta que buscou a ideia do aluguel em Lajeado e Fátima, os vereadores fizeram circular entre a planície da última sessão um documento com os valores gastos em Parati. Se no contrato de dois anos com os dez equipamentos, Montenegro vai gastar mais de R\$ 580 mil com aluguel, a tributação do vizinho indica que as 14 câmeras compradas lá, com validade de dois anos, custaram R\$ 140 mil, mais a manutenção mensal, que é de R\$ 2,3 mil.

Pedágio

A construção do pedágio de Montenegro, na BR-386, tem repercussão negativa e positiva. Na última semana, filas de desempregados no fim e em localidades próximas ao local da obra evidenciaram o lado bom da obra, com a geração de empregos. Por outro lado, na sexta, uma Audiência Pública discutiu a situação da Vitor do Anacleto que, por causa da cobrança na passagem pela rodovia, será o seu principal acesso bloqueado para evitar desvios. E lá, mas prejudica muita gente.

Tarifa - O que parece ter ficado em segundo plano é a "luta" pela herança do pedágio nos veículos de Montenegro. Alguns políticos já disseram estarem batalhando por isso, mas há que se questionar se, realmente, alguns de nossos representantes têm interesse nesse benefício aos montenegrinos. Com colares públicos maiores, o dinheiro dos impostos em cima de nossos carros não deve ser de se jogar fora.

Fazenda

Nestor Benardes já havia adiantado à esta coluna que deixaria o cargo no secretariado municipal da Fazenda para

>> Talm Ferreira (PR) foi só crítico na tribuna. Falou de transporte, obras, estradas e afins. Disse que era jurista do Executivo anterior, pois não estavam na Inglaterra, onde o governo fica para sempre no poder. Não é bem como funciona o sistema britânico, vereador, mas deu para entender a intenção.

>> Enquanto os moradores de Fortaleza batiam pelo sucesso de sua própria rua barreira, o Dni seguiu de acordo com as melhorias no trecho rural da BR-470, que corre a localidade. O estado da via é tão deplorável, que há quem ironize que uma das atrações da rua será um tour turístico que leva a tráfego nas matas húmidas.

Mas "economizar é comprar bem"

Até o aluguel do Zaffari foi usado pelo vereador Joel Kerber (PP), líder do governo na Legislativa, para defender o aluguel proposto. As câmeras devem ser de alta resolução e padrão europeu. Mas o principal atrativo do contrato é no que se refere à manutenção. Com o valor pago por mês, a Prefeitura, que não tem medo de obra preparada para tanto, garante que a contratada monitora as câmeras, com resposta máxima de 12 horas para substituição em caso de falha. Se isso precisasse seguir os trâmites de compras públicas, iria demorar bem mais.

Desvalorizadas

Apesar de defender o aluguel, o Executivo critica que a compra das câmeras não é inteligente, visto que os equipamentos desvalorizam muito rápido, em cerca de dois anos. Mas ele também destaca como atrativo ao contrato feito que, após o término do aluguel, em dois anos, as câmeras serão "doadas" ao Município. Seria, então, para fazer o Desarte Certo?

Briga ainda vai longe

O secretário de Obras Públicas, Ronaldo Buss, criticou tanta discussão. Disse que se Cristiano Branst – um dos principais opositores – achasse que Parati é o melhor caso, que ele defina isso no dia em que for prefeito. A resposta veio na tribuna. "Não que eu vá para o inferno! Eu vou lutar para que a boa administração do dinheiro público seja feita", bradou o vereador.

após a Audiência Pública de divulgação dos números do segundo quadrimestre, em setembro. Chamou atenção, então, que sua saída tenha ocorrido na última semana, tempos antes e que, tão rápida, já havia um nome para substituí-lo: o então diretor de Fiscalização, Antônio Filla. Foi a terceira troca de secretariado no governo Kadu em pouco mais de um mês.



Nas laterias da 287, Prefeitura assume responsabilidade do Estado

A barracagem nos serviços na rua Ramiro Barcelos e Coronel Antônio Indício pela RSC-287 estava de dar vergonha. E na última semana, a Prefeitura tomou para si o que seria uma responsabilidade do governo estadual, promovendo melhorias na via. Uma ação necessária, demandada por toda a comunidade, mas que já havia sido anunciada lá em maio, quando o prefeito Kadu pediu na Fochend de uma visita ao Parati que buscava autorização para tal atividade. Pode até ter sido coincidência, mas os trabalhos só iniciaram dias depois de o vereador Neri Pena (PTB) ir à tribuna com essa postagem impressa, cobrando explicações.

Caso - A audiência ocorreu na sessão reservada da Câmara. Se opôs a Neri, Joel Kerber (PP) defendeu o governo por não realizar o trabalho na 287. No ocaso, foi firme, dizendo que a comunidade precisava era cobrar o Estado; e afirmando que cabia ao Município usar seus recursos para cuidar de casa, das estradas no interior e ruas da cidade. Mas depois que o governo contrariou seu defensor, atendo na rodovia, esse voltou à tribuna na última sessão para, então, exaltar a iniciativa. Quem concordava com o primeiro discurso, estranhava. Questionou-se a qualidade da asfalta dada ao que, de fato, é responsabilidade municipal.

Rótulos - É evidente que a solução do problema é de ser comemorada. E Kerber aproveitou o momento para dar outra notícia importante: o projeto das novas rotas da 287 está pronto. Na linha da operação tapa-buracos, ele já disse que o governo tomou para si, também, a sua construção, "mesmo que precise pagar novo financiamento". Seria mais uma responsabilidade estadual assumida por Montenegro. E mais uma dívida.